de 2005, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público das acções inseridas nos projectos de arranjos de espaços exteriores da zona envolvente ao Estádio Municipal de Tomar e de requalificação do Parque do Mouchão e Várzea Pequena, identificadas neste despacho, localizadas em área integrada na Reserva Ecológica Nacional do concelho de Tomar, tal como consta do processo que nos foi presente, sujeitos ao cumprimento dos procedimentos e medidas de minimização constantes do plano de gestão de qualidade, ambiente e segurança, implementado pela proponente tendo em vista «operacionalizar» as medidas de minimização e recomendações do «Estudo de incidências ambientais da intervenção do Programa Polis em Tomar», o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de a proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à da emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

27 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 18 425/2005 (2.ª série). — Pretende a Águas do Minho e Lima, S. A., executar o projecto da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Campos, no concelho de Vila Nova de Cerveira, utilizando para o efeito 5237 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/96, de 24 de Abril.

Considerando as justificações apresentadas pela Águas do Minho e Lima, S. A., para a localização e realização desta obra;

Considerando que a disciplina constante no Regulamento do Plano Director Municipal de Vila Nova de Cerveira, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/95, de 20 de Janeiro, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2002, de 13 de Março, não obsta à realização da obra, desde que se cumpra o estipulado no artigo 7.º e na alínea 1) do artigo 63.º;

Considerando os pareceres emitidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e pelo Instituto da Conservação da Natureza;

Considerando as medidas de minimização enunciadas pela Águas do Minho e Lima, S. A., a aplicar na fase de construção, tendo em conta a sensibilidade e vulnerabilidade do sistema da REN a afectar, bem como as características da obra, na fase de projecto e construção deverá dar-se ainda cumprimento às medidas de minimização/recomendações expressas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, designadamente:

Deverão ser cumpridas as condições impostas no artigo 7.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Vila Nova de Cerveira, ou seja, a ETAR a instalar não poderá:

- a) Dar lugar a vibrações, ruídos, mau cheiro, fumos, resíduos, poluentes ou agravar as condições de salubridade;
- b) Perturbar as condições de trânsito ou de estacionamento, nomeadamente com operações de carga e descarga;
- c) Acarretar riscos de toxicidade, incêndio ou explosão.»

Deverá ser dado cumprimento à alínea 1) do artigo 63.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Vila Nova de Cerveira;

Deverá ser deixada uma faixa marginal livre de 5 m relativamente à linha de água;

Deverá ser confinada ao mínimo necessário a área de intervenção para a execução da obra, no que respeita a escavações, aterros e locais de depósito de material;

Deverá ser cumprido o valor de CBO5 < 5 mg/l em períodos de estiaagem para o efluente tratado;

A rejeição de resíduos nas linhas de água é proibitiva, tendo estes de ser encaminhados para um depósito adequado, fora da REN;

A queima de resíduos ou entulhos a céu aberto é interdita; As operações de manutenção dos equipamentos terão de ser efectuadas em locais próprios, por forma a evitar derrames acidentais de combustíveis e ou lubrificantes;

Deverá ser restringido o tempo de trabalho ao mínimo indispensável;

Terá de se proceder à limpeza e renaturalização das áreas afectadas pelo projecto, após a conclusão dos trabalhos, nomeadamente procedendo-se à descompactação dos solos, com recurso a escarificação ou gradagem, à execução de trabalhos de plantação/semearia com espécies autóctones e à remoção de todos os materiais sobrantes;

Deverão efectuar-se trabalhos de recuperação da vegetação ripícola, no caso de ocorrer a afectação desta, através da plantação de espécies autóctones características dessa zona ribeirinha;

Considerando que a colocação em prática deste projecto vem alterar a actual situação, permitindo, de uma maneira geral, que as populações do concelho de Valença e de Vila Nova de Cerveira passem a dispor de uma ETAR que tratará os efluentes domésticos e industriais de uma forma adequada e eficiente;

Considerando que a aplicação desta infra-estrutura beneficiará as funções que os sistemas da REN visam proteger; e

Desde que:

Cumpridas as medidas de minimização propostas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;

Obtido o parecer positivo por parte da Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional;

Assim, desde que cumpridas as medidas anteriormente referidas, considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como REN.

Determina-se:

No exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público da construção da ETAR de Campos, no concelho de Vila Nova de Cerveira.

27 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 18 426/2005 (2.ª série). — Pretende a Câmara Municipal de Loures executar obras de alargamento e beneficiação de um troço de uma via designada por Via 17, entre o nó 34 e o nó 33, nos termos da terminologia adoptada no Plano Director de Acessibilidades Municipal (PDAM), numa extensão total de 900 m, sendo que os 210 m iniciais do troço irão ocupar uma faixa com cerca de 0,10 ha de solo afecto à Reserva Ecológica Nacional (REN), por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/2000, de 19 de Outubro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 261, de 11 de Novembro de 2000.

O projecto prevê igualmente o atravessamento da ribeira do Mocho, exigindo-se o alargamento da passagem hidráulica, o prolongamento do aqueduto e a construção de um muro a jusante, sendo que a secção proposta vai de encontro à solução do estudo de regularização da ribeira, do INAG/PCCRL.

Considerando que a Via 17 faz parte do conjunto de vias propostas no PDAM, sendo uma via de primeira ordem e de grande importância estruturante, na medida em que é o principal eixo de ligação entre Camarate e Sacavém, fazendo igualmente a ligação a importantes vias metropolitanas, com o eixo Norte-Sul e a CRIL no nó de Camarate, e à Estrada Nacional n.º 10, na Praça da República, em Sacavém;

Considerando que o projecto traduz-se num conjunto de efeitos positivos para a área em que está inserido, contribuindo para a promoção de um sistema de acessibilidades planeado e articulado com os outros factores de desenvolvimento e para o ordenamento do tráfego melhorando as condições de segurança e circulação rodoviária e pedonal;

Considerando que com a proposta se possibilitará uma beneficiação paisagística do troço, contrariando o seu estado de degradação actual;

Considerando o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, condicionado ao cumprimento dos seguintes condicionamentos:

Realização integral das medidas de minimização preconizadas no projecto de execução;

Na fase de construção, os estaleiros deverão sempre que possível ser instalados em zonas afastadas de habitações, devendo-se localizar preferencialmente a nascente da via. Nos termos da legislação aplicável, não se poderão localizar estaleiros em áreas afectas à REN;

As zonas de depósito, zonas de empréstimo ou outras deverão ser sempre localizadas fora da REN;

Após a conclusão das obras, dever-se-á proceder à reposição das condições iniciais, designadamente nos locais onde tenham sido localizados os estaleiros;

Deverá ser feito o tratamento e recolha adequada a todos os óleos e materiais susceptíveis de causar poluição das águas;

Todas as medidas de minimização deverão constar do(s) caderno(s) de encargos;

Na fase de obra deverão ser devidamente delimitadas as margens a salvaguardar, tendo em vista impedir a destruição do solo e compactação por maquinaria;

Necessidade e obtenção da licença de utilização do domínio hídrico para as obras localizadas nesta servidão administrativa e de descarga de águas residuais;

Necessidade de autorização para ocupação não agrícola dos solos, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de Dezembro;

Necessidade de prévio licenciamento nas áreas de jurisdição afectas à distribuição de gás, nos termos do Decreto-Lei n.º 11/94, de 13 de Janeiro, e demais legislação aplicável;

Necessidade de prévio licenciamento nas áreas de jurisdição afectas à Rede Eléctrica de Alta Tensão, nos termos da legislação aplicável;

Necessidade de prévio licenciamento na área de jurisdição do Aeroporto de Lisboa, nos termos do Decreto-Lei n.º 43 335, de 19 de Novembro de 1960, na sua redacção actual;

Considerando, por fim, que a disciplina constante no Regulamento do Plano Director Municipal de Loures, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2001, de 13 de Setembro, publicada no *Diário da República* de 8 de Outubro de 2001, não obsta à concretização do projecto:

Determina-se:

No exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público do projecto de execução da Via 17 entre os nós 33 e 34, no concelho de Loures, sujeito ao cumprimento dos condicionamentos acima referidos, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade da proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à da emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

27 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 18 427/2005 (2.ª série). — Pretende a Águas do Minho e Lima, S. A., no âmbito da implantação do subsistema de saneamento de Campos, executar a construção da estação elevatória de saneamento de Chamosinhos, na freguesia de São Pedro da Torre, no concelho de Valença, utilizando para o efeito 172 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/99, de 16 de Julho.

Considerando que esta obra é fundamental para a construção do subsistema de saneamento de Campos, sendo assim possível a drenagem das águas residuais provenientes das diferentes freguesias;

Considerando que a colocação em prática desta obra vem alterar a actual situação, permitindo, de uma maneira geral, que parte da população dos concelhos de Valença e Vila Nova de Cerveira passe a dispor de um sistema de saneamento mais adequado e eficiente;

Considerando que a aplicação desta infra-estrutura beneficiará as funções que os sistemas da REN visam proteger;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Valença, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 78/94, de 7 de Setembro, com a alteração dada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/98, de 6 de Março, não obsta à realização da obra;

Considerando o parecer favorável condicionado emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;

Considerando o parecer favorável condicionado emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza, com propostas a integrar como medidas de minimização para este tipo de obras integrantes dos subsistemas de saneamento, designadamente:

1) Medidas a adoptar na instalação do estaleiro:

- a) Evitar a ocupação de áreas onde ocorra um coberto vegetal dominado por espécies autóctones (no estrato arbóreo, carvalho alvarinho e piraica, azereiro, sobreiro, loureiro, azevinho, gilbardeira-pereira-branca, pilriteiro, medronheiro, e mais ligados à galeria ripícola, o freixo, o amieiro, o salgueiro, o videiro), entre outras,

que poderão ainda constituir espécies características e ou com valor simbólico/referência na paisagem da região;

- b) Evitar a ocupação de zonas húmidas, de forma a salvaguardar eventuais ocorrências de *habitats* ou espécies, protegidas ou prioritárias;

2) Medidas a adoptar, em geral, para a implantação das obras:

- a) Os trabalhos a desenvolver para a implantação das diferentes componentes da obra deverão restringir a área e o tempo ao mínimo indispensável;
- b) Prever, no âmbito do projecto, a concepção da integração paisagística das EE e das ETAR, recorrendo também a espécies vegetais autóctones e características da zona, evitando as espécies exóticas, em particular espécies citadas no Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro;
- c) Os caminhos de acesso aos locais das obras, e para posterior manutenção, deverão coincidir com os já existentes;
- d) As condutas deverão ser implantadas preferencialmente ao longo de caminhos existentes; quando tal não seja possível, após a abertura e colocação da tubagem deverá proceder-se à reposição da configuração do terreno natural;
- e) Os trabalhos a executar junto das linhas de água devem respeitar a preservação da galeria ripícola;
- f) Sugere-se que seja reequacionado o desenho da construção das EE (pequeno edifício que remete para a volumetria de um espigueiro), que identifique, sem ambiguidade, esta tipologia de equipamento;

Considerando as medidas enunciadas pela Águas do Minho e Lima, S. A., a aplicar na fase de construção e exploração, tendo em conta a sensibilidade e vulnerabilidade do sistema a afectar, bem como as características da obra, na fase de construção, a empresa deverá dar ainda cumprimento às seguintes medidas de minimização/recomendações, expressas no parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, designadamente:

A área de intervenção deverá ser confinada ao mínimo necessário para a execução das obras, no que respeita a escavações, aterros e locais de depósito de material;

Os pontos de atravessamento e movimento de maquinaria devem efectuar-se sempre pelos mesmos locais, de modo a evitar a destruição do coberto vegetal existente e a compactação excessiva do terreno;

Os resíduos terão de ser encaminhados para um depósito adequado fora da REN;

As operações de manutenção dos equipamentos terão de ser efectuadas em locais próprios, por forma a evitar derrames acidentais de combustíveis e ou lubrificantes;

Os trabalhos a executar junto do curso de água devem respeitar a preservação da vegetação ripícola, evitando a deposição de entulho ou qualquer modificação do coberto da galeria ripícola;

Deverá ser restringida a área e o tempo de trabalho ao mínimo indispensável;

Após a conclusão dos trabalhos, terá de se proceder à limpeza e renaturalização das áreas afectadas pelo projecto, nomeadamente procedendo-se à descompactação dos solos, com recurso a escarificação ou gradagem;

Determina-se:

No exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público da construção da estação elevatória de saneamento de Chamosinhos, no concelho de Valença, tal como consta do projecto que nos foi presente, sujeito ao cumprimento dos procedimentos e medidas de minimização/recomendações enunciadas na memória descritiva do projecto pela Águas do Minho e Lima, S. A., das condicionantes referidas no parecer do Instituto da Conservação da Natureza e no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e desde que se obtenha parecer positivo junto da Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional competente, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade da proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data